

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ENSINADA A PARTIR DOS PLANOS: A DISCIPLINA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UFU

Bruno Gonçalves Borges*

RESUMO

Neste trabalho, os planos de disciplina são apresentados como ponto de partida para a pesquisa dedicada a reconstruir a história disciplinar da História da Educação nos cursos de formação de professores da Universidade Federal de Uberlândia. Justifica-se o enfoque nos planos pelo fato destes assumirem um caráter oficial, descritivo e prescritivo daquilo que se espera desenvolver em um curso. Certamente, esta dimensão configura-se como uma das etapas de análise da investigação proposta, já que é evidente a diferença entre a definição e a efetivação dos planos e, conseqüentemente, da própria disciplina, conforme apresentado por André Chervel e Dominique Julia. Logo, o texto a seguir está organizado de modo a favorecer, no primeiro momento, a compreensão da temática da história de disciplina passando à origem da disciplina até chegar à apresentação metodológica da análise dos planos de disciplina recolhidos entre 1960 e 2000.

Palavras-chave: Planos de disciplina. História da educação. História das disciplinas.

ABSTRACT

In this paper, the plans of discipline are presented as a starting point for research dedicated to reconstruct the history of the History of Education courses taught in the teacher training at the Universidade Federal de Uberlândia. It is focus appropriate in the plans, mainly because these assume an official character, descriptive and prescriptive of what is expected to develop in an academic course. Certainly, this dimension appears as the first step of analysis of the proposed research, as is

Recebido em: abril/2012 – Aceito em: junho/2012

* Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2011-2012). Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Goiás/ Campus Catalão. E-mail: brunogoncalvesborges@hotmail.com.

evident difference between the definition and realization of plans and, consequently, of the discipline itself, as presented by André Chervel and Dominique Julia. Therefore, the following text is organized to favor, at first, to understand the theme of the story of the origin of spending discipline discipline until the presentation of the analysis of methodological discipline plans collected between 1960 and 2000.

Keywords: Discipline plans. History of education. History of disciplines.

1 Introdução

Uma das justificativas para a disseminação da história das disciplinas escolares pode ser compreendida pelo fato conhecido de seu estágio relativamente inicial no interior da própria história da educação, que renovada, abriu-se para objetos diferentes aos tradicionais tratamentos da legislação educacional, das instituições escolares e das ideias e do pensamento pedagógico que dominavam o campo até anos finais de 1980.

Chervel (1990) aponta outra importante dimensão que é a emergência por parte dos pesquisadores e professores de uma demanda por conhecer a história daquilo com que trabalham, ou seja, entender a construção dos conteúdos e dos saberes que estão habituados a abordar. Ainda nas palavras do autor, investigar o percurso de uma disciplina escolar não é algo novo considerando alguns esforços pontuais quanto ao objeto pesquisado – uma disciplina específica, ou ao tempo circunscrito – relativamente curto.

O que Chervel (1990) demonstra é que pouco a pouco, os trabalhos inscritos sob a temática da história das disciplinas escolares têm ultrapassado a análise clássica dos textos oficiais e dos programas de ensino para incluir uma tendência atual que surge a partir da necessidade de classe, ou seja, parte de uma curiosidade do próprio docente em conhecer a história da disciplina que ministra.

É na esteira dessas transformações, segundo Warde e Carvalho (2000, p. 16), que “é abolida a rígida demarcação das fronteiras que, anteriormente, bipartia o campo da História da Educação, dissociando a história das instituições escolares daquela do pensamento ou das ideias pedagógicas”. Segundo as autoras, o olhar voltado para a materialidade nas análises historiográficas, que acolhe novos objetos, amplia o espectro de fontes e diversifica as abordagens é responsável por lançar luz em evidências antes ocultadas na história da educação e,

É transitando nessa fronteira e embaralhando as suas linhas demarcatórias que a História da Educação tende a se especializar em uma pluralidade de domínios- história das disciplinas escolares, da profissão docente, do currículo, do livro didático etc. (WARDE; CARVALHO, 2000, p. 16).

Diante disso, Bontempi Jr (2007) chama atenção para os riscos que têm assumido as pesquisas em história da educação, em especial, aquelas inseridas na abordagem da história das disciplinas que, muitas vezes, revestem-se de sentimentos de “partidarismos” e interesses puramente particulares. Segundo o autor, esse tipo de posicionamento, impõe-se diante dos resultados investigativos e oferece sério risco às fontes e o desencadeamento da pesquisa. Para evitar essa postura, sugere-se [...] “partir de um interesse menos imediato, dito ‘de resgate’, e realizar mais sistematicamente, a crítica das fontes e a ampliação do corpus documental para a construção dos objetos.” (BONTEMPI Jr., 2007, p. 83).

Em especial, quanto à história das disciplinas escolares, antes de tudo, foi fundamental a busca pelas origens do termo disciplina, que segundo Chervel (1990), só é possível registrar seus usos a partir da segunda metade do século XIX, em um movimento de embate entre os estudos clássicos e o mundo científico que se impunha à época.

A renovação pedagógica, iniciada então para atualizar o ensino ao mundo contemporâneo foi responsável por imprimir ao conceito, o sentido de disciplinar não mais os estabelecimentos e condutas burocráticas da escola, mas as mentes e a formação das crianças, ou seja, a disciplina transcende o valor exterior da escolarização e passa a compor, com o passar dos anos, a estrutura central da escola, culminando no sentido reduzido de rubrica de conteúdos, mera formalidade pedagógica (CHERVEL, 1990, p. 179-81).

Daí parte a urgência na mudança de perspectiva de análise, que parte de uma visão pontual, dos conteúdos de ensino, para um espectro amplo, do problema do ensino, que abrange o fator legislativo, burocrático e a realidade vivida nas escolas, chegando a incluir a percepção dos alunos sobre o ensino em suas produções escolares (CHERVEL, 1990, p. 177).

Assim, uma possibilidade desse tipo de história é desnaturalizar a constituição da própria disciplina, que em estágio cristalizado não se permite questionar sua origem e às vezes até sua finalidade. Tratando de alguma disciplina escolar, pode-se equivocadamente chegar à conclusão de que é uma simplificação ou vulgarização da ciência de

referência correspondente. Mas ao considerar a língua materna, por exemplo, sua ciência matriz, assim como tantas outras, foi constituída no final do século XIX, enquanto que, tais conteúdos são encontrados desde o século XI nas universidades e do XV nos colégios, sob nomenclatura diferente.

Nessa perspectiva, Chervel (1990) apresenta três problemas que o pesquisador deve se colocar de imediato no tratamento de uma história de disciplina escolar, o primeiro, diz respeito à gênese e trajetória histórica da disciplina; a segunda refere-se a sua função, tudo aquilo que qualifica sua produção e existência para além do processo de adaptação da ciência de referência e; a terceira, o seu funcionamento. Esses problemas, segundo o autor, revelam uma preocupação específica sobre a escola, mais preocupada com o seu interior e as relações construídas em torno dos saberes ensinados do que propriamente, com as ligações externas e institucionais.

2 Percurso histórico da disciplina

A história das actividades pedagógicas é a mais antiga das ciências anexas à teoria da educação. (JUIF; DOVERO, 1972, p. 116).

Se nos dias atuais as locuções história da pedagogia e história da educação são tomadas como sinônimas ou mesmo sucessivas é porque ocorreu nos últimos anos uma operação que deslocou o eixo central desse campo do conhecimento, do específico – a pedagogia, para o mais amplo – a educação.

Como já abordado anteriormente, desde o seu surgimento nos currículos das Escolas Normais, a disciplina história da educação esteve vinculada ao compromisso de sustentar a própria pedagogia como ciência legítima da ação educativa. Posteriormente, com a criação dos cursos de pedagogia em nível superior, essa disciplina intensifica essa função e passa a ser defensora tanto do campo quanto do profissional e do curso acadêmico em que se encontra. Além do mais, a epígrafe de Juif; Dovero indica a característica clássica de ser vinculada e mais próxima, desde sua criação, ao campo da pedagogia do que propriamente da história.

A transição da história da pedagogia para a história da educação ocorre, segundo Cambi (1999), após o segundo pós-guerra, quando a pedagogia perde a sua “exclusiva conotação filosófica e revela-se

constituída pelo encontro de diversas ciências e, portanto como um saber interdisciplinar que entrelaça a sua história com a de outros saberes”. Além disso, fazia-se irradiar as transformações próprias da história e do jeito de fazer história, perdia espaço a história das ideias para entrar em cena o desejo de fazer uma história total (CAMBI, 1999, p. 23). Nessa direção, argumenta o autor, o termo educação se mostra mais amplo e articulado do que o anterior.

Sabe-se, entretanto, que a ênfase contemporânea na história da educação em detrimento de uma história da pedagogia não é por toda consensual e, vez ou outra, surge/ressurge uma vertente mais alinhada à perspectiva histórica da ciência pedagógica.

Assim, a trajetória da disciplina história da educação percorre, segundo Nóvoa (1996), quatro grandes tradições: (1) a disciplina como uma reflexão essencialmente filosófica; (2) o prolongamento desta primeira tradição resulta na segunda, mais marcadamente relacionada com a institucionalização da educação na Europa; (3) ocorre um movimento de reação às duas primeiras; e, por fim, (4) há uma diversificação do ensino dessa disciplina. Nesse sentido almeja-se, por meio da adaptação¹ do modelo de Nóvoa, apreender a trajetória da história da educação no âmbito global, mas também, o caso específico do Brasil. Dessa forma, estruturou-se quatro tempos da disciplina história da educação: (1) a disciplina enquanto propedêutica pedagógica; (2) enquanto uma história da educação oficial; (3) momento em que é questionada e, por isso, encontra-se sub judice; e, por fim, (4) a história da educação eclética, característica presente a partir dos anos 1990.

A partir da segunda metade do século XIX, enquanto propedêutica pedagógica, a história da educação² esteve intimamente ligada à própria pedagogia. Seu estudo era condição essencial para a compreensão geral do que propunha esse conjunto de saberes centrados na educação. Tinha como característica fundamental a reflexão filosófica e era um estudo marcadamente generalizante e teórico que utilizava da história os recursos necessários para a seleção e organização de

¹ O modelo explicitado por António Nóvoa é representativo do percurso mundial da história da educação. Por isso, diante da possível necessidade de incluir outros elementos tanto da história da disciplina em aspecto geral quanto a sua presença nos cursos de formação de professores no Brasil optou-se pela adaptação como medida de preservação da ideia original e inserir algumas das exigências que a realidade da pesquisa impõe.

² Nesse período a nomenclatura mais condizente é história da pedagogia.

fatos e ideias. Segundo Durkheim, quem cunhou a expressão que denomina esse primeiro tempo da história da educação, “é estudando cuidadosamente o passado que poderemos conseguir antecipar o futuro e compreender o presente” (JUIF; DOVERO, 1972, p. 119).

A história da educação ensinada nesse período centra-se na “evocação das ideias dos grandes educadores”, que em ordem cronológica vai da Antiguidade ao contemporâneo, o século XIX, ressaltando as concepções e os modelos educacionais de cada época. Expõe uma ideia de “evolução educativa (e da humanidade) como uma marcha de progresso.” (NÓVOA, 1996, p. 420).

Na França, encontra-se situado nesse momento histórico o professor e político Gabriel Compayré (1843-1913), considerado um dos principais incentivadores da presença da disciplina nos cursos de formação de professores, bem como, um importante teórico dedicado à produção literária voltada para a história da educação. Sua atuação se estendeu pelo ensino na escola secundária e nas universidades, como político parlamentar e participou da reforma da instrução pública em seu país.

Compayré foi autor de uma vasta bibliografia e publicou também livros de psicologia da educação, filosofia da educação e pedagogia. Na história da educação, suas obras são consideradas em grande parte, inaugurais do campo, servindo, por muito tempo, de modelo ao ensino e a escrita desta disciplina (BASTOS, 2009). Nanine Charbonnel denomina esse período inicial de constituição da história da educação como “Momento Compayré”, diante da importância que esse teórico apresenta para o desenvolvimento desta disciplina.

A história da educação herdada de Compayré, entretanto, consiste em narrar segundo a cronologia clássica – Antiguidade, Idade Média, Renascença e Modernidade, os fatos e as ideias dos pedagogos e como, cada um ao seu tempo solucionou os problemas educativos pertinentes. Trata-se nada mais, que a apropriação de um modelo aceitável de história circulante no momento em que se exigia o amparo documental oficial e a função organizativa, arquivística por parte do historiador.

Também foi Compayré quem atribuiu “pesos e medidas” para cada aspecto ou conteúdo da história da educação, definindo, por exemplo, que as histórias educativas das sociedades orientais teriam espaço menor frente aos feitos dos povos clássicos: gregos e romanos, ou ainda, que a Idade Média nascente não teria muito a contribuir senão pelo modelo formativo cristão, pois, de modo geral, em termos de

pedagogia, não teria esse tempo quase nada a oferecer. Marca assim, o século XVI como foco germinal para os estudos educativos com Erasmo, Rabelais e Montaigne, institui o século XVIII como o tempo profícuo da pedagogia e ao século XIX, define que deveriam ser dedicadas críticas às doutrinas que ao longo dos séculos se apresentavam solidificadas e às instituições educativas que se tornavam cada vez mais especializadas e complexas (BASTOS, 2009).

Émile Durkheim (1858-1917), então professor da cadeira de pedagogia da Sorbonne, é com frequência, acusado pela historiografia da educação, de estar atento muito mais ao desenvolvimento da sociologia e do ingresso desta na grande universidade francesa do que propriamente preocupado com os problemas educativos. Fato é que a sua permanência na seção resultou em importante contribuição para a pedagogia e para a história da educação. Em 1904/1905 Durkheim foi responsável pelo estágio pedagógico, dedicado aos professores do segundo grau que pretendiam o ingresso à carreira universitária. O teórico ministrou nesse período um curso intitulado História do ensino na França, que depois foi organizado a partir das notas de aulas em livro³.

Uma vasta bibliografia pedagógica é conferida a Durkheim, revelando que sua presença na pedagogia não se tratava de mera passagem. Em Bordéus, por exemplo, onde exercia atividade docente que antecedeu seu ingresso na Sorbonne, ele esteve vinculado ao menos em um terço aos cursos de ciência da educação. Durkheim se ocupou da pedagogia clássica, presente em discussões em torno da educação moral, da psicologia da criança e da história das doutrinas pedagógicas, sucessivamente. Dessa forma,

Não há uma área desse campo que ele não tenha explorado, não somente para cumprir com uma tarefa imposta, mas para ser uma parte e também uma das aplicações práticas fundamentais da ciência do homem, que parecia merecer o esforço dispensado. (DURKHEIM, 2002, p. 3).

Ferdinand Buisson (1841-1932) antecessor de Durkheim na cadeira de pedagogia da Sorbonne também está entre os expoentes da história da educação na França. Em conjunto, os dois publicaram uma série de artigos e escritos sobre educação. Buisson é autor do conhecido Dicionário de pedagogia e da instrução primária, publicado em 1880, do qual Durkheim e Compayré também foram colaboradores.

³ No Brasil esta obra recebeu o título A evolução pedagógica. O original em francês foi publicado em 1938 com o nome de L'évolution pédagogique en France.

A Alemanha, por sua vez, teve Wilhelm Dilthey (1833-1911) como principal representante dessa história da educação como preparação à pedagogia. Para este filósofo, a pedagogia era a finalidade de toda filosofia, ou seja, de nada valia uma filosofia que não resultasse em uma pedagogia, em um ensinamento/aprendizado ou em uma existência na vida prática.

Logo, esse tempo em que a história da educação caracteriza-se como a propedêutica à ciência pedagógica pode assim, ser considerado o momento inaugurador da história da educação mundial, que, mesmo não chegando ao Brasil de forma direta⁴, fez-se presente tardiamente sobre o aspecto salvacionista⁵, em que foi difundido um entendimento de que essa disciplina seria capaz e teria por missão, tirar do passado as lições dos erros outrora cometidos.

Na transição do século XIX ao século XX, ocorre segundo António Nóvoa (1996), a institucionalização da história da educação por meio da sua inclusão nos currículos dedicados à formação de professores, bem como, a difusão de uma bibliografia especializada nestes cursos. O discurso Oficial torna-se característica no interior da disciplina no momento em que se intensifica a organização dos sistemas nacionais de educação pública e, conseqüentemente, é produzida uma vasta legislação educacional. A disciplina sente-se determinada a ressaltar o conhecimento das leis em um exercício de “rememoração legislativa” (NÓVOA, 1996, p. 420), capaz de justificar o presente. Logo, a história da educação se aproxima da educação comparada⁶ à medida que esta se torna um instrumento essencial para fazer frente às demais nações em nível de progresso e civilização⁷.

⁴ Faz-se necessário considerar que na época desse primeiro tempo da história da educação (séculos XVIII e XIX), o Brasil não teria condição de se vincular ao movimento, até mesmo pelo fato de não contar com estruturas mínimas para isso, como redes de educação amplas, a existência de universidades e faculdades dedicadas aos estudos pedagógicos e uma conseqüente preocupação com os problemas e rumos educacionais.

⁵ Ver Warde e Carvalho (2000) e Nunes (1996).

⁶ Exemplo disso, é que a história da educação foi, neste período, enquadrada como um tipo de ciência comparatista ou como expuseram Juif e Dovero, a disciplina “realiza através do tempo um pouco o que a educação comparada realiza através do espaço” (JUIF; DOVERO, 1972, p. 117)

⁷ Na acepção francesa prevalecente, civilização, um termo polissêmico inspira a perspectiva evolucionista e otimista. As civilizações seriam altas culturas marcadas pela urbanização e a hierarquização dos indivíduos pelo status social. Contra isso, tem-se a concepção alemã de cultura, designando habitualmente, os costumes, em especial de sociedade com modo de vida muito lenta. Ver CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: _____; VAIFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.1-26.

A partir desse período a história da educação passa a ser encontrada com frequência nos cursos médios e superiores de formação de professores, inicialmente na Europa, mas, logo em diversas localidades do mundo. Certa é também a existência de diversos modelos e estruturas de cursos para formação do magistério em que pode variar a presença da disciplina história da educação.

Segundo Luzón; Torres, a Europa comporta diversos modelos formativos em que pode variar a presença e a importância da história da educação. Na Alemanha, por exemplo, é marcante uma tradição de formação ampla, baseada na diversificação de conhecimentos, que não necessariamente, estejam vinculados com o mercado de trabalho, caracterizando um aprendizado generalista.

Na Inglaterra, e por extensão, nos Estados Unidos, a formação de profissionais para a educação tem como objetivo mais importante constituir pessoas especializadas e com capacidade de adequação ao mercado de trabalho. Neste modelo, o nível de especialização acarreta também em uma diversidade de titulações e níveis de atuação.

Também altamente especializada é a formação do magistério na França, sobretudo, pós-napoleônica. No entanto, diferente da concepção anglo-americana, esse país compreendia ser o professor a extensão do ideal de Estado Nacional e da burocracia de todo sistema. Além disso, os cursos de formação tanto nas escolas normais quanto universidades francesas são considerados generalistas e teóricos (LUZÓN; TORRES, 2007).

Dessa forma, percebe-se nestes países que tão diversos são os modelos de formação de professores que se torna evidente que também a disciplina história da educação pode apresentar variação, seja de presença, considerando que em modelos marcados pela concentração de estudos teóricos e generalistas pode-se pensar em espaço maior para a disciplina, ou ao ainda, de formato, principalmente em modelos altamente especializados onde a história da educação pode ter encontrado outras formas de existência ou adequado suas finalidades.

O tempo da história da educação oficial pode ser considerado inaugurador da disciplina no Brasil. O início do século XX marcou um momento de preocupação com o desenvolvimento econômico, urbano e social do país e culminou em ações de intervenção no cenário educacional de forma geral.

As Escolas Normais de existência efêmera desde 1835, ao entrarem o século, passam a ter sua função reconhecida e necessária,

principalmente, com a criação dos grupos escolares nas áreas urbanas, que demandavam a contratação de professores certificados. Segundo Tanuri (2000), as reformas empreendidas na Escola Normal nos anos de 1920 resultaram em uma nova organização dos seus cursos e na inclusão de novas disciplinas: Sociologia, Biologia e Higiene, Desenho, Trabalhos Manuais e, por fim, História da Educação, que se somaram as existentes: Pedagogia, Psicologia e Didática, além dos conteúdos comuns à formação.

Posteriormente, o desejo em formar professores primários em cursos superiores fez surgir ao menos três iniciativas importantes: a primeira resultou da transferência da Escola Normal do Distrito Federal de nível secundário para Universidade do Distrito Federal, transformando-se em Instituto de Educação por Anísio Teixeira em 1932; em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo, foi incorporado o Instituto de Educação (de 1933) destinado à obtenção de licença nas diversas seções da Faculdade de Filosofia, posteriormente, foi transformado em seção de Pedagogia em 1938, com a criação do curso de Pedagogia no ano seguinte; e, por fim, ocorreu em 1939, a criação da seção de Pedagogia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, o qual seria modelo para os demais que se criassem no país. A partir de então, o curso de Pedagogia e a Escola Normal foram os lugares tradicionalmente frequentados pela história da educação e suas variações: história e filosofia da educação; filosofia e história da educação; história da educação brasileira.

Nos anos 1960 é marcante a atuação do Conselho Federal de Educação, que passa a atuar na definição de currículos mínimos e habilitações no caso dos cursos superiores e delibera sobre a educação de forma geral no plano mais amplo. No curso de Pedagogia introduz mudanças por meio dos pareceres n. 251 de 1962 e n. 252 de 1969,

Se em 1962, o pedagogo era identificado como um profissional que personificava a redução da educação à sua dimensão técnica – o técnico de educação –, o currículo previsto para formá-lo era de cunho predominantemente generalista. Em 1969, consegue-se recuperar a educação em seu sentido integral na figura do especialista da educação, porém, sua formação nessa direção fica inviabilizada pelo caráter fragmentado da organização curricular proposta. (SILVA, 2006, p. 25).

Com o governo militar pós 1964, marcando a introdução de uma visão tecnicista renovada na educação, Tanuri (2000) aponta

que “[...] à medida que a educação ganhava importância como área técnica, diversificavam-se as funções educativas, surgindo cursos especificamente destinados à preparação de pessoal para desempenhá-las” (p. 74).

Na década de 1970, a Lei 5692 de 1971 introduziu mudanças no ensino de 1º e 2º Graus, instituiu a profissionalização obrigatória no ensino de segundo grau, transformando as Escolas Normais de nível colegial em Habilitação Específica para o Magistério (HEM), o que levou a extinção das escolas normais de nível ginásial e o desaparecimento dos institutos de educação, “[...] o que, entre outras consequências, secundarizariam as disciplinas de História da Educação e de Didática no currículo (GATTI Jr., 2007, p. 117). Com essa iniciativa, “os seis a oito semestres antes dedicados à História da Educação foram reduzidos para dois ou, no máximo, três semestres.” (SAVIANI, 2005, p. 20).

A História da Educação aparece no currículo dessa habilitação em nível médio, no núcleo de formação especial, na designação geral de fundamentos da educação, conforme apresentado por Tanuri (2000):

Núcleo Comum de Formação Geral, incluindo Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências; Formação Especial, incluindo Fundamentos da Educação (aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, históricos e filosóficos da educação), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º. Grau, Didática e Prática do Ensino. A partir de documento do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR). (TANURI, 2000, p. 82).

Segundo Tanuri (2000) é na década de 1980 que se assiste no Brasil, um esforço de revitalização do ensino normal, com a criação dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM). Ao lado dessa iniciativa houve tentativas de revigoração da HEM, bem como um esforço de remodelação do curso de Pedagogia (p. 82-4).

Desde meados do século XX pode-se dizer, em plano mundial, que a disciplina esteve em um momento sub judice, em que pesaram as críticas sobre o fazer história da educação. Essa forte reação é “por um lado, a crítica dos historiadores, claramente sintonizada com as revoluções em curso na sua própria área científica e, por outro lado, a crítica dos sociólogos, imbuída frequentemente de uma perspectiva marxista ou neo-marxista.” (NÓVOA, 1996, p. 420).

No Brasil, esse tempo é representativo do que ocorre na organização da Pós-Graduação em Educação, que se institui no país, principalmente, entre as décadas de 1960 e 1980, “no qual a História da Educação encontrou lugar tanto na própria designação dos programas

quanto nas grades curriculares de formação desses cursos”. Nesses Programas de Pós-Graduação, o ideário difundido nas pesquisas, nos discursos e, conseqüentemente, na bibliografia e no ensino era o da “opção pelos pobres”, sob influência do pensamento de Althusser e, posteriormente, Gramsci (GATTI Jr., 2007, p. 118-120).

Os anos posteriores, sobretudo, os 1990 compreenderam o movimento de discussão da educação brasileira por meio da expectativa da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual substituiria a anterior de 1961, mediante também ao novo cenário político social da nova Constituição Federal de 1988. No ensino de história da educação esse período corresponde ao tempo em que a disciplina se encontra em uma miscelânea de direções, concepções, princípios e atitudes. É assim, o tempo da história da educação eclética, marcado por uma postura decantada frente aos conteúdos e flutuante diante das abordagens em que é necessário redimensionar o ensino e a justificativa da disciplina frente à concorrência de outros componentes curriculares. Nessa direção, ocorrem dois movimentos no interior da disciplina:

[...] por um lado, há uma espécie de redescoberta da especificidade das temáticas escolares e do papel dos diferentes actores educativos e de suas experiências; por outro lado, há uma tendência para retomar práticas de história intelectual e cultural, a partir de novas concepções teóricas; finalmente, há um regresso às origens da História da Educação através de uma revalorização das abordagens comparadas. (NOVOA, 1996, p. 420).

Contraditoriamente, esse tempo em que se encontra a história da educação na contemporaneidade comporta duas vias antagônicas vividas pela disciplina: Se a primeira é responsável pela revolução interna da área, com a atualização de temas, objetos e abordagens e, possivelmente, com resultados ecoando no ensino, a segunda, como em uma espécie de fracasso ou ausência da primeira, é a constatação da falta de utilidade desse conhecimento e conseqüentemente, de lugar para a disciplina história da educação.

3 A História da Educação no curso de Pedagogia da UFU

O curso de Pedagogia, de iniciativa confessional católica foi criado em Uberlândia no ano de 1959, iniciando seu funcionamento no primeiro semestre do ano seguinte, nas dependências de um colégio da mesma congregação.

No período entre a criação até o ano de 1969 esteve sob responsabilidade particular de freiras católicas que instalaram a faculdade na cidade a pedido do bispo da diocese local em uma medida considerada crucial, principalmente, frente ao crescimento protestante e de movimentos laicos na região. Além disso, o crescimento urbano e econômico de Uberlândia nos anos 1950 e 1960 careciam, segundo era propagandeada na época, de um desenvolvimento cultural, o qual seria sanado com a instalação de instituições de ensino superior na cidade.

Nesse período, a elite uberlandense animada pelo espírito desenvolvimentista, defendia a instalação de uma escola de medicina na região, a qual, de forma decepcionante para o movimento político local, foi levada para a cidade vizinha de Uberaba.

A insatisfação com o ato levou a iniciativas privadas na criação de instituições na cidade. Inicialmente, foram criadas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (FFCLU) e a Faculdade de Direito. A almejada escola de medicina e cirurgia só se concretizaria no ano de 1967.

No ano de 1969, a reunião das faculdades isoladas resultou na Universidade de Uberlândia (UnU), autarquia estadual que manteve a cobrança de mensalidades nos cursos e que de forma geral não alterou o funcionamento das faculdades que permaneciam em prédios isolados. Contudo, essa organização teve importância para a federalização que ocorreria em 1978, momento de expansão e interiorização do ensino de 3º grau promovido pelo governo militar.

O curso de Pedagogia, primeiro curso junto ao de Letras a ser oferecido na FFCLU formava simultaneamente o bacharel técnico de educação e o licenciado para o magistério na Escola Normal, segundo normas legais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Neste curso, a História da Educação era oferecida nos dois primeiros anos do currículo.

Na época da federalização, os docentes foram mantidos permanecendo até 1980 e 1990. Gradativamente, em função de aposentadoria, passou a ocorrer a contratação por concurso público de novos professores, atendendo a ampliação da instituição.

Em função de reformulações curriculares dirigidas pelo Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação, o projeto do curso passou por três relevantes reformulações o que certamente afetou a disciplina História da Educação.

4 Configuração atual

Nas reformas curriculares, a disciplina História da Educação tende a frequentar discussões destinadas ao grupo comum de conhecimentos que se apresentam como fundamentos da educação, aqueles que indevidamente são caracterizados como “teórico”. Segundo Nunes (2003), um dos problemas básicos que esse tipo de conhecimento enfrenta é o tratamento do conteúdo tido em muitas vezes como denso e enciclopédico, levando ao questionamento do sentido de aprender a matéria em questão.

Nessa perspectiva, a História da Educação não encontra justificativa para permanência e sustentação no currículo, uma vez que, no interior da própria disciplina as questões teórico-metodológicas e didáticas não estão claras.

Nesse sentido, têm sido relevantes iniciativas de intercâmbio com a própria História, como por exemplo, o emprego de metodologias de investigação para a pesquisa e a atualização das discussões historiográficas na escrita da História da Educação e nos livros utilizados na disciplina; também se destaca a criação de projetos e ações interdisciplinares que aproximem os saberes específicos da disciplina ao pensar e fazer do futuro profissional da educação, algo que ultrapasse a simplificação que caracterizou por muito tempo a disciplina, de ser lugar repositório da história dos sistemas, das ideias e dos educadores destinado a oferecer justificativas para o passado, agir na assimilação do presente e mudar o futuro.

Ao observar o contexto atual da disciplina, visualiza-se no plano mundial, que a História da Educação apresenta, segundo diversas pesquisas⁸, um estado contraditório marcado pelo crescimento das investigações na área, da organização de pesquisadores em torno de entidades e eventos de divulgação científica de abrangência global, concomitantemente, percebe-se o desaparecimento da disciplina no ensino e na formação de profissionais para educação. Esta situação é dedicada principalmente ao contexto europeu, o qual, por meio do Tratado de Bolonha e a proposta de unificação dos currículos de cursos universitários, excluíram a disciplina da formação comum, sendo destinada ao regime optativo.

⁸ A título de exemplo, ver ESCOLANO BENITO, Agustín. La investigación histórico- educativa y la formación de profesores. Revista de Ciencias de la Educación. n. 157, 1994. p. 55-69.

No Brasil, indícios desse movimento, ainda que isolados, começam a aparecer⁹. A pesquisa em História da Educação tem figurado como área já consolidada da educação com a diversificação de temáticas e de abordagens, somadas ao processo de aproximação com a própria história, apropriando-se dos caminhos da pesquisa histórica em busca de uma identidade que a caracterize como ramo ou especialização.

Em pesquisa realizada entre 2007 e 2010¹⁰, feito um extenso levantamento sobre o ensino de História da Educação no Brasil a partir dos planos de ensino, projetos de cursos e currículos dos docentes, obteve-se o seguinte quadro no que se refere à situação da disciplina nos cursos de formação de professores:

1. Essencialmente, é uma disciplina dos cursos de Pedagogia, com pouca presença nas demais licenciaturas¹¹
2. Em todas as instituições pesquisadas a disciplina é oferecida em caráter obrigatório. Das 124 disciplinas de História da Educação analisadas, 68% apresentavam carga horária média de 60 h. Percebe-se que a carga horária da disciplina vem sendo reduzida por pressões e tensões no currículo dos cursos de Pedagogia de todo país;
3. A partir do levantamento dos planos de ensino, identificou-se que a disciplina oferece, ao menos no sentido de proposição, uma contribuição sólida para o futuro profissional dos educadores, seja por meio do desenvolvimento da capacidade de pensar historicamente a realidade educacional, seja pelo repertório de histórias do campo educativo necessários à problematização da atualidade. No entanto, algo entre a idealização no plano e a efetivação no ensino indica que tais objetivos nobres à História da Educação, de modo geral, não conseguem se traduzir no reconhecimento da permanência da disciplina na estrutura curricular.
4. Uma das questões levantadas é o tratamento do conteúdo tido em muitas vezes como denso, fastidioso e enciclopédico, levando

⁹ Ver trabalhos Gatti Jr (2005-11); Saviani (2001, 2005, 2008); Nunes (1996, 2002, 2006); Carvalho (2009); Santos (2006, 2007) entre outros.

¹⁰ Pesquisa realizada na qualidade de bolsista de Iniciação Científica, sob coordenação do Prof. Décio Gatti Júnior, Universidade Federal de Uberlândia.

¹¹ Relação de cursos nos quais houve investimento na busca por planos de ensino da disciplina História da Educação: Ciências Biológicas, Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Letras, Matemática, Química e Sociologia.

ao questionamento do sentido de aprender História da Educação. Quanto a isso, os planos demonstram de início, a necessidade de repensar a amplitude do conteúdo a ser apresentado em espaço limitado de tempo dedicado à disciplina, muitas vezes, sob a abordagem cronológica da história da educação que obriga percorrer, segundo a ordem cronológica, da Antiguidade até a Modernidade, do Mundial ao Regional/Local em um ou dois semestres.

Este é um cenário preocupante para a disciplina, pois, está em causa a sua existência nos currículos e, pelo modelo de produção científica predominante no país, de contratação de professores-pesquisadores, o sinal de alerta pode ser acionado, uma vez que, sem a disciplina não há contratação de professores e conseqüentemente, não há condições substantivas para a pesquisa na área. Dessa forma, a situação da História da Educação na forma de ensino de graduação ou mesmo em modalidade de ensino médio está relacionada com todo o campo e por isso, o interesse na investigação.

5 O que dizem os planos

Atualmente, o plano de disciplina pode ser entendido como a formalização a priori daquilo que se definiu a ensinar. É um documento que pode ser construído por um professor ou grupo de professores, que preferencialmente deve ser apreciado em órgão colegiado antes de sua aprovação. Necessariamente, este plano deve estar vinculado e proposto a partir de um projeto de formação. Nesse sentido, o caráter “tradicional” de prescrição presente na Ratio permanece nos atuais planos, inclusive a preocupação de não impor conteúdos sem o conhecimento da realidade “ensinável”, algo que caracterizou a lenta elaboração do documento jesuíta.

5.1 Leitura global dos planos

A seleção dos planos de disciplina ocorreu no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia, no campus sede da instituição. O recorte temporal baseia-se em todo período desde a criação do curso antes de sua incorporação a atual instituição até o ano de 2000, momento de reorganização da universidade que suprime os três centros que concentravam todos os cursos para distribuí-los em unidades acadêmicas específicas.

A estrutura dos planos de disciplina sofreu variação ao longo desses quarenta anos de existência. Percebe-se que até os anos de 1990 os planos não seguiam uma proposta comum de apresentação. Basicamente, tem-se:

- a) a denominação da disciplina
- b) a data de aprovação do plano
- c) o professor responsável pela disciplina ou plano
- d) a ementa
- e) os objetivos
- f) a bibliografia

A partir desta estrutura, segue uma apresentação, inicialmente, concentrada na descrição dos elementos constantes. Dessa forma, no momento atual são destacados: a identificação básica da disciplina; os saberes ensinados e as leituras indicadas.

5.2 A identidade da disciplina

A disciplina manteve desde a criação do curso de Pedagogia da UFU em 1960 a denominação simples História da Educação, dividida em duas unidades I e II no curso anual que teve maior prevalência, oferecida nos dois primeiros dois anos. No curso semestral continuou a ser organizada em I e II, o que mudava era a distribuição dos conteúdos ao longo dos quatro semestres.

A carga horária da disciplina ao contrário do nome sofreu modificações durante estes quarenta anos de curso. Os dados apresentam que em 1977, a disciplina História da Educação era composta por dois semestres com 60 h cada, total de 120 oferecidos no 2º e 3º período do curso. No ano de 1990, a disciplina consegue dobrar a carga horária passando de 120 h cada, no regime anual, ou 240 h no total. Desde 1997, a disciplina apresenta carga horária 90 h por ano, total de 160 h.

5.3 Os saberes ensinados

No que se referem à seleção dos conteúdos, os planos pesquisados respeitam uma organização temporal, na qual o delineamento do que será ensinado segue a divisão tradicional usada comumente em História Geral, a saber: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, o que se desdobra em: Educação na Antiguidade; Educação na Idade Média; Educação Moderna; Educação Contemporânea.

A seleção de conteúdos, a priori, apresenta pouca variação nos planos de disciplina. Na História da Educação I estão presentes geralmente, uma introdução à história da educação desde a Antiguidade com os modelos grego-romano, passando pela educação Medieval, com os desdobramentos na Patrística, Escolástica e Renascimento, culminando na Reforma e Contra-Reforma, o que inclui o Brasil Colônia.

Na História da Educação II estão os temas da Educação no século XIX, o otimismo pedagógico no movimento global e um aprofundamento nas questões brasileiras, do final do Império ao Brasil República com o movimento da Escola Nova.

A partir desse período, ganha destaque as ações governamentais no governo Vargas até o governo Militar sob enfoque das políticas sociais para educação e do conflito ideológico no campo educacional. Conteúdos de História da Educação Regional não aparecem nos planos até o ano 2000.

Espera-se em uma análise posterior identificar as correntes que influenciaram a delimitação desses planos de disciplina bem como a compreensão que o aluno construiu sobre História da Educação nesses quarenta anos de curso.

5.4 As leituras indicadas

De modo geral, como assinalado por Faria Filho e Rodrigues (2003), as obras de história da educação, em especial as referenciadas nos planos pesquisados, “[...] tem sido, grosso modo, uma história da educação escolar” (p. 165) com destaque para a organização dos sistemas de educação nacionais, as reformas e políticas educacionais, seguidas por incursões sobre o pensamento educacional. Percebe-se também, a miscelânea bibliográfica resultante da indicação de obras de diferentes autores e concepções, revelando em algumas vezes, divergências, que, segundo Faria Filho e Rodrigues (2003, p. 168) “[...] pode, também, denunciar a ausência de Referências claras e de obras que as objetivem – e de um mínimo de consenso sobre o que seria importante ensinar em história da educação [...]”, sem, no entanto, desconsiderar questões difíceis, a saber: “[...] como trabalhar com um programa que abrange desde o século XVI até as modernas transformações na educação escolar provocadas pelo uso do computador?” (p. 167-168).

As obras citadas giram em torno dos manuais consagrados de Frederick Eby – História da Educação Moderna e Lorenzo Luzuriaga –

História da Educação Pública, principalmente até os anos finais de 1970. A partir daí ganham espaço obras vinculadas à crítica reprodutivista da educação, a exemplo dos livros citados de Aníbal Ponce – Educação e Luta de Classes, Eliana Marta Teixeira Lopes – Origens da educação pública e Carlos Roberto Jamil Cury – Ideologia e educação brasileira. Obras estas, representativas do momento vivenciado pela produção científica educacional na época influenciado pelo pensamento de Althusser (1960-1970). Mesmo que títulos de outras vertentes estejam relacionados na referência.

Essa perspectiva, segundo a história da educação brasileira é fortemente desenvolvida nos recém criados Programas de Pós-Graduação em Educação e que marcariam toda uma produção científica e didática para formação de professores até os anos finais de 1970 e 1980, quando desembarca no Brasil as ideias de Gramsci. Entre as obras citadas nos planos de disciplina, vinculada a esta linha, está História da Educação brasileira: a organização escolar, de Maria Luisa Santos Ribeiro como bibliografia básica.

Basicamente, nos planos de disciplina de 1980 até 2000 são elencados títulos comuns a todos os planos:

ALENCAR, Francisco e outros. História da sociedade brasileira – [s.d.]

BUFFA, Ester. Ideologia em conflito – 1979

CUNHA, Luis Antônio. Educação e desenvolvimento social do Brasil – 1983

CUNHA, Luiz Antônio. Universidade crítica – 1983

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ideologia e educação brasileira – 1984

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Educação no Brasil nos anos sessenta – 1985

LOPES, Eliana Marta Teixeira. Origens da educação pública – 1981

MELLO, Guiomar Namó de. Magistério de 1º grau. Da competência técnica ao compromisso político – 1985

PAIVA, José Maria. Colonização e catequese (1549-1600) – 1982

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos – 1983

PEIXOTO, Anamaria Casassanta. Educação brasileira nos anos vinte – 1983

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes – 1981
RIBEIRO, Maria Luisa S. História da educação brasileira: a organização escolar – 1986
ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil – 1978
SILVA, Marcos Silva A. Da (Org.). Repensando a história – 1984
VIEIRA, Evaldo. A República brasileira – 1985
XAVIER, Maria Elizabette. Poder político e educação de elite – 1980
WEREBE, Maria José Garcia. Grandezas e misérias do ensino no Brasil – 1968

Essa coletânea de obras frequentou quase inalteradamente todos os planos pesquisados. A escolha das obras de forma geral é permeada pelo movimento crítico reprodutivista dos anos 1960 e com indícios de uma virada teórica, baseada na obra de Gramsci. A partir de 1997, outro autor, de vertente marxista erudito passa a ser relacionado na bibliografia básica da disciplina, trata-se do livro História da Educação da Antiguidade aos nossos dias de 1995, de Mario Alighiero Manacorda.

Com o passar dos anos, as listas de indicações também se ampliaram, levando até a dúvida da utilização efetiva dos livros relacionados em virtude do tempo limitado. Nesse sentido, é provável que os manuais de História da Educação assumissem certa centralidade no ensino. De caráter enciclopédico e com uma organização basicamente temporal cronológico, os manuais oferecem em um só material um repositório de histórias da educação de forma resumida, mas nem por isso superficial. Assim, os manuais de Luzuriaga (1985), Ribeiro (1987), Manacorda (1995), Ponce (1981) e posteriormente Cambi (1999) eram possivelmente textos básicos enquanto o restante da bibliografia um recurso a mais de acordo com a temática. Essa possibilidade pode ser confirmada, por exemplo, com a conferência das fichas de empréstimos da biblioteca, que acusam a frequência de retirada dos livros e mesmo pela quantidade elevada de exemplares frente a outros títulos de História da Educação.

Quanto ao intercâmbio entre os resultados da pesquisa e a atualidade do ensino, Saviani (2001, p. 2) assinala que a transferência dos novos conhecimentos em História da Educação tem sido pouco significativa, bem como que há indicações de desconhecimento por parte dos alunos tanto da história de modo geral, quanto da história de nossos pensadores e pedagogos particularmente (p. 2).

No caso específico da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da UFU, percebe-se que é recente algo em torno de cinco anos, a adoção de artigos de professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição, principalmente, relacionados à história da educação no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e a organização da educação na cidade de Uberlândia como ponto de observação da educação nas reformas educacionais do Brasil República.

6 Considerações Finais

Certamente há um distanciamento que não pode ser desconsiderado entre a dimensão propositiva que caracteriza o plano de disciplina da sua efetivação na sala de aula. No entanto, o conhecimento dos planos em um primeiro momento é relevante para a identificação do objeto pesquisado, do tempo e lugar ocupados, dos agentes envolvidos e de maneira geral, conhecer o profissional que se pretende formar por meio de uma disciplina.

De fato, essa primeira leitura dos planos de disciplina é capaz de oferecer subsídios para compreender as transformações ocorridas na disciplina História da Educação nesses últimos quarenta anos. Possivelmente as mudanças de carga horária revelam mais do que uma re-acomodação no currículo, as tensões internas e externas das reformas de projetos, bem como, a própria disposição do grupo de docentes responsáveis pela disciplina em resistir ou avançar nas negociações de elaboração da proposta curricular sucessora.

Os conteúdos que geralmente são apresentados nos planos de disciplina se tratam, basicamente, de uma previsão. Fatores como tempo pré-determinado e extenso conteúdo para serem abordados oferece certo desconforto para o professor de História da Educação que sente o peso de apresentar aos alunos um grande repertório histórico educativo.

Dessa forma, partindo da indicação dos planos, os alunos de História da Educação devem ter domínio de toda história ocidental da educação, da Antiguidade aos dias atuais, o que, quantitativamente, representa abordar aproximadamente 3500 anos, considerando a prevalência de uma perspectiva cronológica da História na disciplina História da Educação.

Assim, da mesma forma que se assiste a uma ampliação das obras indicadas nas Referências, também conteúdos foram adicionados

nos planos ao longo do período pesquisado. É o caso, por exemplo, do tema da Redemocratização de 1985 e a Constituição de 1988. No entanto, os planos não apresentam uma reorganização dos temas propostos, caracterizando um acréscimo de informação para o mesmo período de tempo.

Inicialmente, não foram encontrados indicativos de renovação do tratamento dado aos conteúdos de História da Educação nos planos de disciplinas disponíveis. Sabe-se, no entanto, que a partir dos anos finais de 1990, começa aparecer em contraponto à história dos sistemas educacionais, da legislação e das instituições escolares uma perspectiva da história das práticas escolares, ou seja, uma possibilidade de abordar a história da educação a partir de uma seleção global dos conteúdos candidata a oferecer condições para uma aproximação da disciplina com os demais componentes curriculares. Nessa direção, a História da Educação se voltaria para os problemas educativos.

Se na seleção de conteúdos não foi possível ainda encontrar esses elementos de mudança, os livros citados nas Referências também não dão indícios dessa transformação. Basicamente, há uma predominância de títulos que permaneceram durante vinte, trinta e quase quarenta anos listados nos planos. Uma ampla bibliografia, onde se pode perceber um aumento significativo de títulos a partir dos anos 1990. Esse cenário pode ser reflexo do crescimento da produção em História da Educação, mas, também indicador da presença de outras correntes no interior da disciplina, que demandaram a adoção de mais diversificadas.

Indícios dessa mudança podem ser percebidos a partir de 1999, momento em que passa a frequentar a relação de livros, História da Pedagogia de Franco Cambi, autor de filiação foucaltiana, que passa a ser relacionado nos planos de História da Educação da UFU ao lado de outros autores de tradição marxista até então dominante no curso.

Por fim, algumas das questões propostas para este trabalho demandam aprofundamento e uma leitura crítica mais direcionada dos planos e a soma de outras fontes. Portanto, no estágio em que se encontra é mais viável formular perguntas do que propriamente obter respostas.

Por fim, a História da Educação, na sua origem, defendeu o status legitimador do conjunto de saberes que constituiriam a pedagogia moderna no final do século XIX. Contudo, durante o século seguinte, a disciplina viu-se relegada ao papel bem menos reconhecido. Atualmente,

a questão que se coloca é até quando a disciplina permanecerá nos currículos de formação de professores e a sobrevivência do próprio campo. Torna-se inevitável questionar a utilidade, na sociedade contemporânea, do saber histórico e histórico educativo, pois, ao considerar a afirmativa de Hobsbawn , que “vivemos um presente contínuo”, onde, o passado é o não mais e o futuro, o ainda não (ARENDET, 1979), que importância tem aprender História da Educação na formação inicial do professor e que espaço encontrará na sua prática futura, o repertório acumulado de histórias da educação?

REFERÊNCIAS

ARENDET, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

BONTEMPI JR, B. O ensino e a pesquisa em História da Educação Brasileira na Cadeira de Filosofia e História da Educação (1933-1962). **História da Educação**, 2007, p. 79-105.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Á. Lorencini. São Paulo: FEU – UNESP, 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Considerações sobre o Ensino da História da Educação no Brasil. In: GATTI JR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: Ed. UFU, 2005. p. 33-46.

CHERVEL, Andre. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria; Educação**, Porto Alegre, n. 2, 1990. p. 177-229.

ESCOLANO BENITO, A. (2011). La investigación historico-educativa y la formación de profesores. XVI Coloquio Nacional de Historia de la Educación. **Actas**. El Burgo de Osma: SEDHE, 2011. p. 17-46.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; RODRIGUES, José Roberto Gomes. A história da educação programada. Uma aproximação da História da Educação ensinada nos cursos de Pedagogia em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 6. jul./dez, 2003. p. 159-175.

GATTI JR, Décio. Investigar o Ensino de História da Educação no Brasil: categorias de análise, bibliografia, manuais didáticos e programas de ensino (Séc. XIX e XX) In: _____; MONARCHA, Carlos; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **O Ensino de História da Educação em Perspectiva Internacional**. Uberlândia, MG: Ed. UFU, 2009. p. 95-130.

_____. Percurso histórico e desafios da disciplina História da Educação no Brasil. In: _____; PINTASSILGO, Joaquim. (Org.). **Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação**. Uberlândia: Ed. UFU, 2007. p. 99-139.

NÓVOA, António. História da Educação. **Relatório da disciplina História da Educação, apresentado no âmbito das provas de obtenção da agregação**. [impresso] Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1994.

NUNES, Clarice. Ensino e historiografia da educação. Problematização de uma hipótese. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr. n. 1, 1996. p. 67-79.

_____. Reflexões sobre o Ensino e a Pesquisa em História da Educação. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações** Campinas/SP: Autores Associados, Uberlândia/MG: Ed. UFU, 2005. p. 7-31.

_____. Reflexões sobre o Ensino e Pesquisa em História da Educação. In: GATTI JR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). **História da Educação em Perspectiva: Ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Ed. UFU, 2005. p. 7-32.

SAVIANI, Dermeval. História da Educação e Política Educacional. **Revista HISTEDBR On-line**. n. 3, 2001. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art2_3.html>. Acesso em: 01 nov. 2010.

TANURI, Maria Leonor. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de História da Educação**. Mai./Ago. n. 14. p. 61-88, 2000.

WARDE, M. J.,; CARVALHO, M. M. Política e cultura na produção na produção da História da Educação no Brasil. **Contemporaneidade e Educação**, 9-33, 2000.